

Ao Revés da Utopia: Metamorfoses do ambiente amazônico nas obras de Franklin Távora, Euclides da Cunha e Alberto Rangel

Utopia from the Inside Out: Metamorphosis of the Amazonian environment in the works by Franklin Távora, Euclides da Cunha e Alberto Rangel

Luciana Murari

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2002). Professora do Programa de Pós-graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq

lmurari@hotmail.com

MURARI, Luciana. Ao revés da utopia: metamorfoses do ambiente amazônico nas obras de Franklin Távora, Euclides da Cunha e Alberto Rangel. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis-Goiás, v.3, n.2, jul.-dez. 2014, p.55-66.

Resumo

Este artigo analisa textos de três escritores brasileiros que, em contato com a Amazônia, refletiram sobre o futuro da região e sobre as possibilidades concretas de sua transformação em um território economicamente dinâmico e politicamente integrado à comunidade brasileira. Franklin Távora, escrevendo em 1876, vislumbrou um futuro em que o cenário amazônico seria convertido em uma paisagem típica da I Revolução Industrial. Na primeira década do século XX, Euclides da Cunha, por sua vez, imaginou um futuro em que o progresso da região seria impulsionado pelos investimentos estatais em obras de infraestrutura de transporte que inscreveriam a Amazônia em um projeto nacional, por meio da distribuição do povoamento e da ação direta e constante do Estado. Na mesma época, Alberto Rangel mantém uma postura dúbia que valoriza a excepcionalidade da natureza amazônica e os óbices que ela representaria à ocupação humana regular, apresentando uma visão que se divide entre o messianismo que via nela o futuro da humanidade e o pessimismo que anotava a frustração crônica dos projetos dirigidos à região..

Palavras-Chave: Modernização; Literatura; Amazônia; Pensamento Social Brasileiro.

Abstract

This paper examines texts written by three Brazilian authors who, in contact with Amazonia, considered its future and the concrete possibilities of its transformation into a dynamic economy, politically integrated into Brazilian community. Franklin Tavora, writing in 1876, envisioned a future in which Amazonian scene would be converted into an Industrial Revolution landscape. In the first decade of the XXth century, Euclides da Cunha imagined the region's progress driven by State investment in transportation infrastructure, inserting Amazonia in a national project, through the distribution of population and constant State action. Alberto Rangel, at the same time, maintains dubious attitude towards the region, in valuing the uniqueness of Amazonian nature and the obstacles it would present to regular human occupation. His view is divided between messianism, envisioning in it the future of mankind, and pessimism, reminding the chronic frustration of the projects designed to occupy it.

Keywords: Modernization; Literature; Amazonia; Brazilian Social Thought.

Desde que começou a ser percorrida por exploradores e viajantes, no século XVI, a Amazônia exerceu forte impacto no imaginário do homem europeu. A partir de então, passou a ser construída em algum lugar entre o real e a fantasia, com base em um extenso repertório que incorporava relatos de viajantes, mitologia indiana e referências do maravilhoso medieval e da historiografia clássica greco-romana (Gondim 1995). Ao longo do processo de criação da nacionalidade, ela se tornou, entre os brasileiros, símbolo máximo da riqueza e da grandiosidade do território pátrio – de que dá testemunho o ufanismo do Policarpo Quaresma de Lima Barreto, que “defendia com azedume e paixão a proeminência do Amazonas sobre todos os demais rios do mundo” (Barreto s/d p. 23).

Ao contrário da Mata Atlântica, mais próxima da região litorânea, onde mais intenso havia sido o processo de exploração colonial e de inserção do país na economia internacional, a Amazônia manteve-se, até a segunda metade do século XIX, ao largo de uma ocupação humana de fato considerável e de uma comunicação efetiva com o restante do território brasileiro. Sobrevivendo, por isto mesmo, ao processo de rápida destruição que atingia o ambiente florestal no centro-sul, a região amazônica permaneceu desconhecida e aparentemente estranha aos destinos nacionais. Neste texto, apresentaremos alguns vislumbres do futuro da Amazônia na escrita de três intelectuais que se ocuparam dela: Franklin Távora, Euclides da Cunha e Alberto Rangel.

No prefácio do romance *O Cabeleira*, datado de 1876, o escritor cearense Franklin Távora descrevia seu êxtase em face do cenário da floresta equatorial, mas considerava o futuro da região

de uma perspectiva que, aos leitores atuais, parece totalmente descabida. Ao contrário de qualquer ideia de manutenção daquele cenário natural ou mesmo de uma ocupação seletiva dele, o que temos aí é uma utopia modernizante que implicaria na destruição gradual da floresta, em prol da criação de um panorama industrial que não guardava nenhuma semelhança com o ambiente que se estendia aos olhos do observador. A descrição de Távora demonstra que, ao olhar para a Amazônia, o que ele de fato enxergava era um futuro em que a paisagem, totalmente descaracterizada, assumiria o aspecto de outros tantos cenários modernizados e dominados pelo poder produtivo da indústria e da agricultura tecnológica. Este futuro não é em nenhum momento questionado e, pelo contrário, o que parecia a ele ser o destino da Amazônia, como de toda a humanidade, é aceito entusiasticamente como uma transformação positiva da realidade nacional.

Que não seria deste mundo — pensei eu, descendo das eminências da contemplação às planícies do positivismo —, se nestas margens se sentassem cidades; se a agricultura liberalizasse nestas planícies os seus tesouros; se as fábricas enchessem os ares com seu fumo, e neles repercutisse o ruído de suas máquinas? Desta beleza, ora a modo de estática, ora violenta, que fontes de renda não havia de rebentar? Mobilizados os capitais e o crédito; animados os mercados agrícolas, industriais, artísticos, veríamos aqui a cada passo uma Manchester ou uma Nova York. A praça, o armazém, o entreposto, ocupariam a margem, hoje nua e solitária, o cômodo sem vida e sem promessa; o arado percorreria a região que de presente pertence à floresta escura. O estado natural, espancado pelas correntes de imigração espontânea que lhe viessem disputar os domínios improdutivos para os converter em magníficos empórios, ter-se-ia ido refugiar nos sertões remotos donde em breve seria novamente desalojado. Uma face nova teria vindo suceder ao brilhante e majestoso painel da virgem natureza. Não se mostrariam mais aqui as tendas negras da fome e da nudez. O trabalho, o capital, a economia, a fartura, a riqueza, agentes indispensáveis da civilização e grandeza dos povos, teriam lugar eminente nesta imensidade onde vemos unicamente águas, ilhas, planícies, seringais sem-fim (Távora s/d pp.13-14).

A imagem da Amazônia era, assim, recriada pela imaginação, doravante não mais como a projeção de mitos de várias origens, mas como espaço da modernidade e de suas “maravilhas” características. Vale perceber, assim, o quanto o êxtase de Távora nos permite associar à racionalidade modernizante um poderoso componente de ideação messiânica. O poder da técnica, inelutável, parecia destinado a estender-se gradualmente por todos os cantos do mundo, convertidos em cidades, campos agrícolas mecanizados e pujantes parques industriais. As “eminências da contemplação” do cenário presente reduzem-se, na retórica, às “planícies do positivismo” que se ocupa de um futuro de prosperidade material. No entanto, o delírio do escritor não esconde seu entusiasmo pelas virtualidades que apenas a ordem capitalista seria capaz de implementar na região amazônica: um mundo de abundância e conforto, um mundo não mais de submissão, mas de domínio do homem sobre a natureza.

Ainda que o trecho citado acima não deixe explicitado este problema, é importante lembrar que o prefácio de Távora é escrito na perspectiva do afastamento entre o Sul, região geográfica que definia as regiões do país mais sincronizadas com a modernidade, e o Norte, formado, justamente,

por realidades mais distanciadas do projeto de atualização do país. A realização de seu sonho de futuro convergiria ainda, portanto, para Távora, com o desejo de promoção da integração do território brasileiro por meio da criação de uma paisagem homogênea que unificava Brasil e mundo, mas, também, Norte e Sul. A metamorfose da Amazônia sonhada pelo escritor permitia, portanto, pensar em um futuro que se opunha completamente ao presente de fragmentação e de mútuo desconhecimento entre as diferentes regiões do país, o que representaria a integração definitiva de realidades que até então descreviam um panorama nacional heterogêneo. Ao mesmo tempo, estas seriam incorporadas à grande corrente internacional de modernização produtiva. A história desmentiu a profecia utopista de Távora e, mais do que isto, fez com que seu projeto de promoção da prosperidade no território amazônico se transformasse, ao longo da história do século XX, em nada menos que um pesadelo.

A atração exercida pela Amazônia no imaginário nacional continuou a ser explorada por aqueles que se contrapunham à realidade de isolamento, dispersão e desconhecimento que caracterizava a visão brasileira do cenário equatorial. Euclides da Cunha foi outro dos artífices deste utopismo amazônico que irrompeu na escrita de Távora como a alucinação de um observador que, incapaz de ater-se à realidade concreta, vê aquilo que deseja. O escritor fluminense, rapidamente celebrizado pela intelectualidade brasileira em função do sucesso inaudito de *Os sertões*¹, em 1902, chegou à Amazônia em 1905, como chefe da seção brasileira da comissão mista formada por Brasil e Peru para o reconhecimento da região do Alto Purus. O mesmo ardor nacionalista que havia motivado sua viagem ao sertão da Bahia como correspondente de guerra caracterizou sua empreitada amazônica, dedicada a uma tarefa que, além de meramente técnica, possuía elevado sentido simbólico: contribuir para a demarcação das fronteiras do país, permitindo o delineamento exato do território nacional.

Por mais diversas que nos pareçam ser as duas realidades, o sertão baiano e a Amazônia, Euclides imaginou-as na perspectiva de um mesmo diagnóstico e de um mesmo projeto de intervenção na realidade brasileira. Em ambos os casos, o que ele via era um “deserto”, do qual esperava vingar-se: a extrema carência, que caracterizava os sertões baianos como um hiato no território nacional, confundia-se com a extrema abundância que, antes de prover, obstava a presença humana na Amazônia. No sertão e na Amazônia o poder do humano – ciência, técnica, habilidade e saber – parecia minguar frente à superioridade da natureza, personagem despótico e exclusivista que ditava os rumos da história, ou melhor, detinha-os, mantendo a região ao abrigo do tempo.

Não por acaso, muitos dos textos amazônicos do escritor serão coligidos em um livro chamado “À margem da história”:² onde a natureza exercia poder discricionário, a história, escrita

na perspectiva da intervenção do homem sobre o mundo, não lograva impor-se definitivamente como forma de ordenamento da experiência humana. Tanto no sertão quanto na Amazônia, o movimento histórico não é descrito como a sucessão evolutiva de eventos que caracterizava, na visão do tempo, o progresso da humanidade. Ao invés disto, aquelas realidades permitiam observar o domínio das potências do meio físico sobre seres humanos incapazes de suplantá-las.

Na percepção do escritor, portanto, a história era obstada pela inconsistência da geografia, dos dados de uma materialidade superior em força à ação racional, construtiva e consciente do homem. Ainda não dominada pela razão científica, a geografia dos sertões e da Amazônia era vista, portanto, na perspectiva de um caótico repertório de forças rebeldes, dados incongruentes, elementos transgressores e perturbadores da lógica. Para Euclides da Cunha, a grandeza amazônica confunde-se, de início, com uma estreiteza constritora, pois o território não era ordenado pela estabilidade da terra, mas pela instabilidade da água, em que palpitavam formas de vida que embaraçavam os esforços de fixação e de domínio humanos.

Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. Compreende-se bem isto: a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo, consoante as conhecidas induções de Wallace e Frederico Hartt. Nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderam na topografia instável.

Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas.

Daí esta singularidade: é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt a Em. Goeldi – do alvorecer do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias.

A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso. (Cunha 1913/1909 pp. 7-8)

Vê-se que a caracterização do ambiente amazônico não foi feita, na obra de Euclides da Cunha, a partir da lógica capitalista, que observa o meio físico a partir de um repertório de recursos naturais passíveis de exploração econômica. Antes de tudo, o escritor enxerga os óbices ao controle da região pelo homem, seja porque a natureza, imatura, estaria ainda despreparada para ele, seja porque uma série de fatores ambientais impedia que ela pudesse ser efetivamente incorporada ao território brasileiro. Tratava-se, portanto, de uma realidade frustrante, que muito prometia mas que, de fato, pouco favorecia os propósitos nacionais.

Neste sentido, Euclides da Cunha não vê na Amazônia qualquer princípio organizador de sua diversidade de aspectos, de maneira que ela restava impenetrável do ponto de vista cognitivo. Ou seja, na falta de um conhecimento básico sobre a região, tudo o que se escrevia sobre ela teria o carimbo da desordem, da perturbação dos sentidos, da ausência de conexão entre os aspectos naturais no sentido de sua incorporação a um projeto nacional. Na Amazônia, tanto quanto no sertão, faltavam ainda, portanto, a base para o conhecimento do território, uma descrição física mínima capaz de preparar o homem para dominá-la.

Euclides da Cunha, engenheiro e cartógrafo, repetia, na viagem amazônica, a pretensão de explorador que já havia manifestado por ocasião da guerra de Canudos, de forma que, nos registros das duas experiências, repetem-se dados e observações científicas que traduzem uma preocupação comum de mapear o território. Aliás, em vários momentos de suas crônicas amazônicas, a região é representada de uma forma que dá a entender que seu desconhecimento não derivava tanto do desinteresse quanto da dificuldade de sua apreensão racional, condição determinada pelas próprias características do meio aquoso, inconstante, agressivo, dissolvente.

Ao pragmatismo do engenheiro militar preocupado em tomar notas capazes de contribuir para a definição das linhas gerais do território nacional, agrega-se a imaginação do escritor, que acaba por conduzir sua observação do território a um campo em que misticismo e racionalidade se confundem. Afinal, não havia sido possível a ele compreender a Amazônia partindo do ponto de vista estético e, apenas depois da leitura da monografia do botânico Jacques Huber, ele havia sido capaz de encontrar os princípios ordenadores que faziam dela um cenário admirável. Apenas o rigorismo dos números, das fórmulas, dos achados técnicos, havia sido capaz de despertar no escritor entusiasmo frente a uma paisagem tão diversa que não se deixava enquadrar nos modelos habituais do sublime paisagístico. A poesia nascia, portanto, da ciência, e, da mesma maneira, é como místico e sábio que Euclides da Cunha escreve:

Com efeito, a nova impressão verdadeiramente artística, que eu levava, não me tinham inspirado os períodos de um estilista. O poeta que a sugerira não tinha metro, nem rimas: a eloquência e o brilho davam-lhos o só mostrar de algumas aparências novas que o rodeavam escrevendo candidamente a verdade. O que eu, filho da terra e perdidamente enamorado dela, não conseguira demasiando-me no escolher vocábulos, fizera-o ele usando um idioma estranho gravado no áspero dos dizeres técnicos. Avaliei então quanto é difícil uma coisa trivialíssima, nesses tempos em que os livros estão atulhando a terra, escrever... (Cunha 1919/1907 p. 267).

Afinal, diz ele, à medida que a ciência permitia à civilização moderna conquistar um inédito conhecimento da realidade, cada vez mais o cientista sentir-se-ia maravilhado pelo mundo físico e pelas possibilidades de intervenção sobre ele abertas pelo saber, que em muito ultrapassavam a capacidade humana de imaginar. Ainda que evocativos e simbólicos, os escritos

amazônicos de Euclides da Cunha são, igualmente, pragmáticos, voltando-se para a correção do que seriam os entraves impostos pela natureza à implantação da presença humana no território e à circulação de riqueza em seu interior.

O escritor cede espaço, neste momento, ao engenheiro, que nada fica a dever, entretanto, em criatividade e idealismo. Seu objetivo maior é fazer com que a intervenção planejada e consciente sobre o mundo físico se torne um símbolo da presença do Brasil na região. Até aquele momento, escreve ele, a Amazônia pouco tinha de *nacional*, a começar do ambiente estabelecido pela exploração da borracha, que criara, em meio à selva, um cenário cosmopolita em que homens de várias nacionalidades, inclusive muitos imigrantes brasileiros, alimentavam sonhos de riqueza.

Os planos delineados por Euclides da Cunha para a correção dos óbices naturais à incorporação da Amazônia ao espaço nacional buscam, sobretudo, a neutralização do internacionalismo, através de empreendimentos a serem assumidos pelo Estado brasileiro. Uma vez que este se organizasse e concentrasse esforços, uma diretriz nacional seria imposta àquela realidade, concretizando a tendência de vitória do povo nortista,³ mais numeroso e mais adaptável ao clima, na “concorrência vital entre os povos” que ali se assistia diariamente. Esta superioridade étnica dos brasileiros do Norte deveria ser apoiada por esforços conscientes de condução dos rumos da Amazônia em direção aos interesses nacionais. A ideia do escritor era impedir que aquele território, até então isolado em relação à vida brasileira, mantivesse um movimento autônomo, o que poderia resultar em sua autonomização.

Um primeiro projeto seria a recuperação do rio Purus, que, apesar de possuir um traçado bastante favorável à navegação, não era naquele momento capaz de atender a esta demanda em função das “terras caídas”. Este fenômeno, que muito impressionou a Euclides da Cunha, foi tomado com uma metáfora da situação da Amazônia no Brasil: as águas do rio dissolviam a terra das margens, de forma a comprometer a estabilidade da terra e prejudicar a navegabilidade, inviabilizando a utilização do Purus como via de transporte fluvial. A recuperação do rio seria resultado de um programa constante de melhoramento das condições de seu leito, de maneira que, incorporado à dinâmica da vida brasileira, ele tenderia a tornar-se um meio de promoção de sua prosperidade:

Porque os homens que ali mourejam – o caucheiro peruano com as suas *tanganas* rijas, nas montarias velozes, o nosso seringueiro, com os varejões que lhe impulsionam as ubás, ou o regatão de todas as pátrias que por ali mercadeja nas ronceiras alvarengas arrastadas à sirga – nunca intervêm para melhorar a sua única e magnífica estrada; passam e repassam nas paragens perigosas; esbarram mil vezes a canoa num tronco caído há dez anos junto à beira de um canal; insinuam-se mil vezes com as maiores dificuldades numa ramagem revolta barrando-lhes de lado a lado o caminho, encalham e arrastam penosamente as Canoas sobre os mesmos “salões” de argila endurecida; vezes sem conta arriscam-se ao naufrágio,

precipitando, ao som das águas, as ubás contra as pontas duríssimas dos troncos que se enristam invisíveis, submersos de um palmo - mas não despendem o mínimo esforço e não despedem um golpe único de facão ou de machado num só daqueles paus, para desafogar a travessia.

As lanchas, e até os vapores, que ali vão aparecendo mais a miúdo, à medida que avultam as safras dos cento e vinte opulentos seringais que já se abriram acima da confluência do Iaco, viajam, invariavelmente, nas quadras favoráveis das cheias, quando aqueles entaves se afogam em alguns metros de fundo.

Sobem, velozes, o rio; descarregam, precipitadamente, em vários pontos as mercadorias consignadas; carregam-se de borracha; e tornam logo, precipites, águas abaixo, fugindo. Apesar disto, algumas não se forram a repentinas descidas de nível, prendendo-as. E lá se ficam, longos meses – esperando a outra enchente, ou o inesperado de um “repiquete” propício, invernando paradoxalmente sob as soalheiras caniculares – nas mais curiosas situações: ora em pleno rio, agarradas pelos centenares de braços das árvores secas, que as imobilizam; ora a meio da barranca, onde as surpreendeu a vazante, grosseiramente especadas, encomentes, com as proas afocinhando, inclinadas, em riscos permanentes de queda; ora no alto de uma barreira, como autênticos navios-fantasmas, aparecendo, de improviso e surpreendedoramente, em plena entrada da mata majestosa.

O contraste desta navegação com as admiráveis condições técnicas imanescentes ao rio é flagrante. O Purus – e como ele todos os tributários meridionais do Amazonas, à parte o Madeira – está inteiramente abandonado.

Entretanto o simples enunciado destes inconvenientes, evidentemente alheios às suas admiráveis condições estruturais, delata que a remoção deles, embora demorada, não demanda trabalhos excepcionais de engenharia e excepcionais dispêndios.

O que resta fazer, ao homem, é rudimentar e simples (Cunha 1913/1909 p. 42).

Outro dos projetos esboçados pelo escritor é a construção da ferrovia Transacriana, que teria a função de interligar as capitais dos estados do Norte brasileiro, criando uma via capaz de dar suporte a esforços de colonização, distribuindo a população, usualmente transportada pelas vias fluviais, para o interior do território. Além disto, possibilitando melhor controle dele pelo Estado, teria um papel fundamental na defesa do país, como princípio de precaução em face da expansão dos objetivos imperialistas ao redor do mundo.⁴

Assim, a ocupação do território, necessária não apenas à promoção da riqueza material, mas também à manutenção da integridade física da nação, seriam objetivos superiores à própria promoção da riqueza material. A construção da rodovia Madeira-Mamoré,⁵ de que Euclides da Cunha planejou participar, é também vista neste sentido. Acima de tudo, obras como estas significariam a conscientização da elite brasileira a respeito dos problemas fundamentais do país, de modo que a concentração dos esforços de promoção dos interesses nacionais em torno do Estado representaria uma nova etapa de sua história.

O diagnóstico que o escritor fizera dos problemas nacionais em função de sua expedição a Canudos permite compreender o que estava em jogo quando ele se punha a traçar planos para o futuro da Amazônia. Para ele, o problema fundamental a ser enfrentado era o desinteresse das elites brasileiras pela promoção do conhecimento da totalidade do espaço físico do país e pela adoção de diretrizes políticas nacionalistas, voltadas para o interior do território e para a agregação das regiões em torno de objetivos comuns. “A intervenção urgentíssima do Governo Federal impõe-se como

dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados”, escreve Euclides, que assim renunciava a tendência estatista, centralista e “desenvolvimentista” (com o perdão do anacronismo), que caracterizaria uma das principais linhas do pensamento social brasileiro no século XX.

Decerto, os projetos euclidianos para a região possuem uma essência totalmente distinta do delírio industrialista de Franklin Távora. A distância temporal não parece ser tão significativa, mas cada um dos escritores tem em mente um certo modelo de capitalismo. Távora constrói sua imagem da Amazônia do futuro com base no vislumbre de um cenário econômico baseado na multiplicidade de esforços particulares, que operariam a elevação da produtividade através da reorganização produtiva pelo sistema de fábrica. O personagem fundamental deste cenário é o típico capitalista da I Revolução Industrial na Inglaterra, cuja iniciativa movimenta a produção, conjurando duas forças: “os capitais e o crédito”.

Euclides da Cunha, por sua vez, está mais próximo do utopismo saint-simoneano, baseado na conjugação de esforços de capitalização, tendo como objetivo a construção de grandes obras públicas de engenharia que formariam a base para a criação de uma sociedade regida pela técnica (Berman 1986). No caso da ferrovia Transacreama, como também na proposta das obras de recuperação do Purus, tanto quanto a ação da engenharia e seus objetivos finais, importa sua *intencionalidade*, sinal de uma nova atitude da elite brasileira em relação ao interior do país.

Ao defender a intervenção humana organizada pelo Estado sobre a natureza, Euclides da Cunha imagina a construção de uma nova realidade em que o meio físico subordina-se aos objetivos sociais e perde as características perturbadoras que haviam, em um primeiro momento, marcado suas impressões sobre a Amazônia: instável, imprevisível, destrutiva, misteriosa, incognoscível. As obras por ele propostas – e a tais devemos somar sua proposta de combate à seca no semiárido⁶ – parecem desempenhar o papel de um impulso preliminar capaz de dar início a ações sistemáticas e cumulativas de criação de novas formas ocupação e gestão territorial. Estas ganhariam uma dinâmica própria, uma vez que fossem capazes de canalizar as energias humanas em torno da exploração sistemática e racional de recursos naturais. Sobre a Transacreama, Euclides escreveu:

Sem dúvida, de uma tal superestrutura, a que se liga o imperfeito do material rodante, de tração ou transporte, resultará reduzidíssima capacidade de tráfego. Mas a linha acreama, a exemplo da *Union Pacific Railway*, não vai satisfazer um tráfego, que não existe, senão criar o que deve existir.

Como as norte-americanas, construir-se-á aceleradamente, para reconstruir-se vagorosamente.

É um processo generalizado. Todas as grandes estradas, no evitarem os empecos que se lhes antolham transpondo as depressões e iludindo os maiores cortes com os mais primitivos recursos que lhes facultem um rápido estiramento dos trilhos, erigem-se nos primeiros tempos como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos,

selvagens. E como para justificar o asserto, o primeiro engenheiro das suas obras rudimentares – que hoje se fazem como há dois mil anos – de suas estacadas, de suas pontes e pontilhões de madeira mal lavradas, superpostas em linhas sobre os *styli fixi* dos tanchões roliços, é César.

Depois evoluem; e crescem, aperfeiçoando os elementos da sua estrutura complexa, como se fossem enormes organismos vivos. (1919/1907, 127)

A metáfora da organicidade permite-nos observar o sentido divino que a engenharia assumia para entusiastas do progresso e da técnica como Euclides da Cunha, um escritor capaz de cruzar o limiar que separava a razão e misticismo ao defender que o crescente domínio da ciência sobre o mundo acabava por induzir um tal arrebatamento que, cada vez mais, cientistas deixavam-se mistificar pelo fascínio em face de um mundo material manipulável e viam a si mesmos como semideuses criadores de novos seres: “Imaginaí uns tristes poetas pelo avesso: arrebatá-nos também o sonho, mas ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra” (1919/1907, p. 269).

A literatura de Euclides da Cunha e seus projetos para o país conquistaram inúmeros admiradores. Poucos escritores, entretanto, foram seguidores mais fiéis do estilo de Euclides quanto Alberto Rangel, cuja estreia em livro, em 1908, ganhou a chancela de um preâmbulo assinado pelo escritor fluminense. A Amazônia de Rangel é representada na multiplicidade de seus aspectos naturais e sociais, e observada a partir de personagens em geral trágicos, que experimentam os embaraços do meio ambiente e da precariedade da ordem legal-institucional na região, agravada pela concorrência dos forasteiros em busca de fortuna, que lançavam mão de todos os recursos para fazer dela seu Eldorado particular. Como denota o título de sua primeira obra, *Inferno Verde*, a Amazônia é pensada como um ambiente hostil, regido pela lei do mais forte e, portanto, marcado por eventos em que a violência dos homens e do ambiente se sobrepujam. Em meio à floresta virgem e às pequenas vilas, mesclavam-se populações nativas, mestiços, cearenses, brasileiros de outras regiões, estrangeiros, que formavam uma miríade de esforços dispersos e contraditórios, destrutivos em sua maioria.

Ao imaginar o futuro da Amazônia, Rangel mantém, em que pese seu realismo, a dose elevada de fantasia que caracteriza a escrita de Franklin Távora e de Euclides da Cunha. No conto que dá título à coletânea, a própria terra amazônica – verdadeiro agente da história – assume a palavra. Havendo resistido à violência dos conquistadores modernos, continuaria a ser “a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização (...)” (1927/1908, p. 281). O tom messiânico dialoga, nesta obra, com a pequenez do cotidiano de conflito e de busca incansável da sobrevivência, pois, embora os muitos ataques tivessem já, na visão do

escritor, abalado a força de resistência da terra invadida, apenas em um futuro distante esta seria passível de estabilização e de prosperidade.

Alberto Rangel retorna ao tema em *Sombras n'água*, uma segunda coletânea de textos amazônicos que abre com “Sóbolos rios que vão...”, um relato que compendia os esforços infaustos de colonização da Amazônia e que, ao contrário do tom assumido pelos estudos de Euclides da Cunha e pela profecia delirante de Franklin Távora, assume caráter notadamente distópico. Ao longo de suas páginas, sucedem-se trajetórias que delineiam o “padecer assíduo e sem glória” de sucessivos exploradores martirizados, desde o período colonial, pelos muitos obstáculos à presença humana na Amazônia. Alguns deles são os elementos atribuíveis ao meio físico-natural, como o clima, as doenças palustres e os insetos. Outros são decorrentes da precariedade do ambiente institucional, como a corrupção, a inoperância de um sistema judicial, o poder dos chefes locais.

A história da ocupação humana da Amazônia não é mais, no livro de Rangel, que uma sequência de desastres: “na rebeldia contra o homem, gerando agentes patogênicos e inventando veículos para o contágio” (p. 5); “cidades apenas recém-nascidas, parecendo antigas; crianças e já senis” (p. 11); “as indústrias expiraram como se até o ar lhe fosse nocivo” (p. 18); “rio cheio, estômagos vazios” (p. 20); “a terra vitima pela água” (p. 21); “esta terra atoladiça assemelha ao mar” (p. 24), “rechaçam-no todos os fortes e agressivos conquistadores do deserto empantanado”; (p. 28), “império da morte onde a vida fervilha” (p. 30), “[o rio], essa formidável placenta ou cúpida ventosa” (p. 30); “não só o homem, mas a terra é a grande sacrificada” (p. 35).

Todas as tentativas frustradas de colonização da Amazônia, acumuladas, dão a ideia de uma condenação inexorável. Este pessimismo acaba por contaminar a imagem de seu futuro, pois nada indica a reversão da tendência de senilidade precoce de todos os esforços construtivos levados a efeito ali, onde a conjunção de esforços ao longo do tempo não gerava conquistas, mas ruínas. Não parece haver possibilidade de redenção para tal universo em que “as três cores do prisma étnico, nessa mestiçagem, desataram-se sobre o berço de taras ingêntas num arco de aliança. Eivou-nos para todo sempre a mixórdia social e o opróbrio universal” (p. 37). Assim, a Amazônia de Rangel afirma-se como o revés da utopia, uma comunhão de forças destrutivas que obscureciam a expectativa quanto ao destino daquela região, em que outros, como Franklin Távora e Euclides da Cunha, alimentaram suas esperanças de futuro.

Notas

¹ Em Os sertões, Euclides da Cunha ultrapassa em muito a crônica de guerra, escrevendo um verdadeiro compêndio das questões nacionais de seu tempo, dialogando para tal com variadas fontes científicas e diversos intelectuais de sua época. Ver Murari (2007).

² Euclides da Cunha planejou escrever sobre a Amazônia uma segunda grande obra, Um paraíso perdido, mas morreu em 1909, deixando alguns escritos sobre a região, coligidos em A margem da história, além de outros textos esparsos, reunidos por Heron Alencar (CUNHA, 1976) e Leandro Tocantins (CUNHA, 1994).

³ A ideia de Norte, na época, incluía os estados que hoje compõem o Nordeste. No caso da Amazônia, a fuga do sertão atingido pela seca estimulou o ingresso na região de milhares de imigrantes, sobretudo cearenses (PRADO, CAPELATO, 1975).

⁴ Trata-se de um tema caro a Euclides da Cunha, discutido em textos como “O Kayser”, “A Arcádia da Alemanha”, “A missão da Rússia”, “Conjecturas” e “Solidariedade sul-americana”, em Contrastes e Confrontos (CUNHA, 1919/1907) e “O primado do Pacífico”, em À margem da história (CUNHA, 1913/1909).

⁵ Sobre as trágicas obras de construção da Madeira-Mamoré, ver Hardman (1988).

⁶ Para tal, ver Cunha (1985/1902: 108).

Referencias

Barreto L 1993 (1.ed. 1911). *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 11. ed. São Paulo, Ática.

Berman M 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. trad. Moisés CF, Ioriatti AML. São Paulo: Companhia das Letras.

Cunha E da 1913 (1. ed. 1909). *À margem da historia*. 2. ed. Porto: Imprensa Moderna.

Cunha E da 1919 (1.ed. 1907). *Contrastes e confrontos*. 6. ed. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

Cunha E da 1985 (1.ed. 1902). *Os sertões*. Edição crítica por Galvao WN. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura.

Cunha E da 1976. *Um Paraíso Perdido*. Reunião dos Ensaio Amazônicas. org. Heron Alencar. Petropolis: Vozes; Brasília: INL.

Cunha E da 1994. *Um Paraíso Perdido*. org. Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: Jose Olímpio.

Gondim N 1995. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero.

Hardman FF 1988. *Trem fantasma*. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras.

Murari L 2009. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d’Os sertões*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig.

Rangel A 1927 (1.ed. 1908). *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. 4. ed. Tours: Arrault.

Rangel A 1913. *Sombras n’água: vida e paisagens no Brasil equatorial*. Leipzig: Brockhaus, 10-11 pp.

Prado ML, Capelato MHR 1975. A borracha na economia brasileira da primeira república. In Fausto B (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 285-307 pp. Tomo III: O Brasil republicano, v. 3.

Távora F (s/d) (1. ed. 1876). *O Cabeleira*. São Paulo: Consórcio Editorial Brasileiro.